



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ESTUDO PRELIMINAR Nº 1/2026 - PU-AMBIENTAL (11.01.27.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santo André-SP, 13 de Fevereiro de 2026

(Assinado digitalmente em 13/02/2026 17:

40)

LANA CAROLINA CORREA DANNA

CHEFE - TITULAR (Titular)

PU-AMBIENTAL (11.01.27.08)

Matrícula: ###847#5

(Assinado digitalmente em 13/02/2026 16:

42)

VANESSA SORAIA SALES DOS SANTOS

ADMINISTRADOR[A]

PU-AMBIENTAL (11.01.27.08)

Matrícula: ###637#6

Visualize o documento original em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**,
tipo: **ESTUDO PRELIMINAR**, data de emissão: **13/02/2026** e o código de verificação: **e868270efb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Estudo Técnico Preliminar 26/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23006.002368/2026-03

2. Descrição da necessidade

Considerando que a atual contratação desses serviços, objeto do processo nº 23006.004792/2020-99, deverá ser encerrada em 02 de julho de 2026, pois alcançará o limite legal de prorrogações, determinado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (revogada), combinado com o art. 190 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, discorremos a seguir a necessidade de manutenção desse serviço sob o aspecto legal, ambiental e de saúde pública.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010) e a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018) determinam que todo estabelecimento gerador de resíduos químicos é responsável pela coleta, acondicionamento, transporte e destinação final.

A Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) possui cursos de Bacharelado, Licenciatura e Pós-Graduação na área de Química, que desenvolvem atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, as quais são geradoras de resíduos químicos da categoria “B”, conforme classificação definida pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005) e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018).

De acordo com os indicadores de gerenciamento de resíduos elaborados pela Seção Ambiental/Prefeitura Universitária da UFABC, no período de janeiro/2025 a outubro/2025, as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão produziram cerca de 5.430 (cinco mil, quatrocentos e trinta) kg de resíduos químicos da categoria “B”. Este volume é passível de variação, em decorrência da frequência das atividades acadêmicas, da técnica utilizada nos experimentos, da oferta de novos cursos e Laboratórios, como a unidade Tamanduatehy do campus Santo André da Universidade.

Conforme a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005) e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018), os resíduos químicos da categoria “B” contêm substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública e ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

As características inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade são detalhadas e classificadas pela norma ABNT NBR 10004:2024 (Resíduos Sólidos – Classificação), sendo indispensável o cumprimento rigoroso dos requisitos técnicos nela estabelecidos para a segregação e o gerenciamento desses resíduos químicos[1].

Ressalta-se que a ausência de destinação adequada desses resíduos sujeita a UFABC à aplicação de penalidades pelos órgãos ambientais e de controles sanitários, tais como o IBAMA, a ANVISA, a CETESB, a Vigilância Sanitária, dentre outros. Ainda, poderá ocasionar a paralisação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, gerando prejuízos incalculáveis à formação discente e à produção de conhecimento.

Desse modo, em virtude desse tipo de serviço apoiar a realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão, pretende-se também contratação de forma contínua, sob demanda, em observância ao planejamento realizado e descrito no Termo de Referência, sequência 04.

[1] Em conformidade com a ABNT NBR 10004:2024, os resíduos químicos que apresentam as características indicadas são classificados como Resíduos Classe I – Perigosos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Lana Carolina Correa Danna - Chefe da Seção Ambiental
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Fábio Antonio Scholl - Chefe da Seção Ambiental - em substituição
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Cássia Gonçalves de Souza - Equipe de apoio.
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Vanessa Soraia Sales dos Santos - Equipe de apoio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

De acordo com a Instrução Normativa nº 98, de 26 de dezembro de 2022, do Ministério da Economia, e o artigo 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Também, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC-PDI (2024-2033, pg.12):

A missão institucional da UFABC é definida como: “Promover o avanço do conhecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como fundamentos básicos a interdisciplinaridade, a excelência e a inclusão social”.

Em virtude dos serviços de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos apoiarem a realização de atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que são essenciais ao cumprimento da missão institucional da Universidade e, portanto, necessidades permanentes da Instituição; pretende-se a contratação de forma contínua, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, conforme planejamento realizado e descrito no Termo de Referência, sequência 04.

O prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 120 (cento e vinte) meses, de acordo com o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. **A vigência do contrato deverá ser iniciada, impreterivelmente, em 03 de julho de 2026, tendo em vista o encerramento da contratação formalizada através do processo 23006.004792/2020-99, conforme mencionado no item 1.**

A natureza do objeto a ser licitado deve ser enquadrada como bens e/ou serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital/Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, já que não se trata de execução de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva. Adicionalmente, a exigência de documentação técnica é indispensável à realização dos serviços, cuja regularidade e vigência deverão ser periodicamente acompanhadas pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

Os requisitos de Sustentabilidade estão relacionados no item 14.

Em observância ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, será permitida a subcontratação parcial do objeto, quanto às etapas de tratamento e/ou destinação final de resíduos químicos da categoria “B”. A permissão fundamenta-se na especialização técnica e na prática de mercado observada em editais de objetos similares, divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e nos atuais contratos celebrados pela UFABC.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante à CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais, correspondentes ao objeto da subcontratação. As demais condições da subcontratação estão previstas no Termo de Referência, sequência 04.

Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, já que não se trata de execução de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 11h30 horas e das 14h às 16h30 horas, exceto em dias de expediente suspenso no Contratante.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Em atenção ao Acórdão nº 1176/2021- TCU-Plenário, não haverá a exigência de instalação de escritório do Contratado nos municípios de Santo André-SP e São Bernardo do Campo-SP, porém o Contratado deverá atender o Contratante nos prazos e condições fixadas no Termo de Referência, sequência 04.

Não haverá a aplicação de margem de preferência prevista no Decreto Federal nº 11.890/2024, pois o objeto desta contratação não se enquadra nas categorias de produtos ou serviços contemplados por resoluções vigentes do Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).

Em relação aos critérios de qualificação técnica, técnico-operacional e técnico-profissional, destaca-se que foram realizadas algumas adaptações ao modelo de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União (AGU), uma vez que o objeto da contratação é altamente controlado pelo Estado, devido ao grau de periculosidade e riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Nessa perspectiva, as exigências da fase de habilitação não representam encargos adicionais criados para este Edital, mas sim requisitos legais que as empresas especializadas já devem obrigatoriamente possuir para atuar no mercado, independentemente de qualquer contrato com a UFABC.

Especificamente quanto às exigências da fase de habilitação para eventual(is) subcontratada(s) (Licenças de Operação, Declaração de anuência e Atestado de capacidade técnica), adotou-se a premissa de garantir a segurança jurídica e operacional na execução do completa do objeto da contratação (acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos), estabelecendo, contudo, a possibilidade de comprovação técnica do Contratado e da(s) subcontratada(s) nas etapas que cada uma executará.

Quanto à exigência do CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental), dada a sua natureza estritamente vinculada à relação entre gerador (UFABC) e destinador, o Termo de Referência disciplina que os procedimentos para obtenção do documento serão providenciados pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União (DOU).

As demais obrigações e condições estão relacionadas no Termo de Referência, sequência 04.

5. Levantamento de Mercado

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, responsabiliza os geradores pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos, que inclui a coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

Dessa forma, considerando a natureza da atividade da UFABC, ainda a indisponibilidade de infraestrutura (espaço físico, máquinas/equipamentos, frota de veículos etc), de licenças e registros específicos para o exercício regular das atividades e de servidores técnicos habilitados; faz-se necessário realizar o levantamento de mercado para prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, considerando as necessidades de consumo, estímulos sustentáveis, análises do ciclo de vida do produto (materiais, fabricação/produção, armazenamento, distribuição, uso e disposição).

Nesse contexto, a área demandante avaliou a possibilidade de contratação dos serviços municipais, mediante o pagamento de preço público. Assim, no caso do Município de Santo André, apesar de os resíduos químicos da categoria “B” integrarem os resíduos de serviços de saúde (RSS - RDC nº 222/2018), o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (SEMASA) não realiza a coleta desta categoria. A exclusão está formalmente disposta no contrato de adesão padrão, cuja minuta do documento é de acesso público e está disponível na página da autarquia: <https://portais.santoandre.sp.gov.br/semasa/residuos/residuos-infectantes-e-de-saude/>

Já no caso do Município de São Bernardo do Campo, apesar do cadastro vigente da UFABC como estabelecimento gerador de resíduos de serviços de saúde (RSS), processo eletrônico nº 23006.009862/2024-29, a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo somente está autorizada a coletar medicamentos, parte de resíduos químicos da categoria “B”, e não disponibiliza recipientes, embalagens secundárias, para a etapa de acondicionamento dos resíduos.

Posto isso e em atendimento ao inciso III, art. 9º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, a área demandante entende que a única solução possível é a abertura de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, para contratação dos serviços continuados de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B”.

6. Descrição da solução como um todo

A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente ETP.

Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.

O levantamento de mercado consta no item 5 do presente ETP.

A lista de resíduos químicos da categoria “B”, seguindo as classificações da Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e normas correlatas, consta no ANEXO V do Termo de Referência, sequência 04.

Quanto à execução do objeto, destaca-se, como etapa preliminar, a responsabilidade dos membros da comunidade da UFABC em adotar integralmente as orientações expedidas pela Comissão de Gestão de Resíduos da Universidade (CoGRe) e pela Seção Ambiental/Prefeitura Universitária, para o adequado trabalho de segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário e armazenamento externo dos resíduos químicos, de forma a promover a redução de potenciais riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

A prestação dos serviços será realizada por meio de coletas programadas, podendo ser bimestrais, trimestrais, semestrais ou de acordo com o interesse do Contratante, de segunda à sexta-feira das 9h às 11h30 e das 14h às 16h30, exceto em dias de expediente suspenso no Contratante.

Conforme a data indicada na Ordem de Serviço, emitida pela UFABC, os serviços serão prestados em qualquer campus do Contratante:

- Campus Santo André: situado na Avenida dos Estados, nº 5001 - Bairro Bangu - Santo André/SP - CEP 09.280-560.
- Campus São Bernardo do Campo: situado na Alameda da Universidade, s/n - Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo/SP - CEP 09.606-045.
- Demais unidades que venham compor o Contratante, dentro da Região do Grande ABC.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e normas correlatas, os serviços do Contratado compreenderão:

- Acondicionamento: O acondicionamento dos resíduos químicos em embalagens secundárias (Overpack), quando for necessário, agrupando assim embalagens menores para facilitar o manuseio, transporte e segregação de substâncias incompatíveis. As embalagens externas devem ser robustas suficientemente para o manuseio, acomodação/empilhamento e transporte até o local de tratamento e destinação final.
- Coleta: a remoção dos resíduos químicos do abrigo e/ou, quando necessário, de Laboratórios do Contratante, por pessoal treinado, com vestimenta e equipamentos de proteção individuais (EPI) e colocação em veículo de frota (licenciado e identificado) para o transporte dos resíduos. Nessa etapa, o Contratado deverá emitir recibo com a indicação da pesagem em kg (quilograma), efetuada pela balança calibrada e certificada, para emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) pelo Contratante. Durante os procedimentos de coleta, o Contratado deverá sinalizar ou, se necessário, isolar a área de execução dos serviços, com o objetivo de garantir a segurança dos seus empregados, da comunidade do Contratante e de terceiros, adotando todas as medidas preventivas de acidentes exigidas pela legislação vigente.
- Transporte: remoção dos resíduos químicos das dependências do Contratante até a unidade de tratamento e /ou destinação final, em veículo de frota (licenciado e identificado), conduzido por motorista com habilitação /treinamento, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento, em consonância com a legislação vigente.
- Tratamento: aplicação de processo que modifique as características físicas ou químicas dos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de dano à saúde pública e ao meio ambiente.
- Destinação final: destinação final ambientalmente adequada, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto Federal nº 10.936/2022, Lei do Estado de São Paulo nº 12.300/2006, Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e demais normas correlatas, incluindo as diretrizes dos órgãos ambientais e sanitários. O Contratado se responsabiliza pelo cadastro dos dados de destinação final no sistema do órgão competente, para fins de emissão do Relatório de recebimento de resíduos químicos e Certificado de Destinação Final (CDF).

O faturamento será realizado com base no peso em kg (quilograma) de resíduos químicos efetivamente coletados e transportados.

O Contratado deverá promover um gerenciamento pleno e correto dos resíduos químicos coletados, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010), no Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, na Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006), na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005), na Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018), sem prejuízo ao atendimento das demais legislações federais, estaduais e municipais e diretrizes dos órgãos ambientais e sanitários vinculados à perfeita e regular execução do objeto.

O Contratado deverá dispor de funcionários, materiais e equipamentos suficientes no início da prestação dos serviços, bem como durante todo o decorrer da contratação.

O Contratado deverá manter todas as condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, exigidas no procedimento licitatório, sem prejuízo da obtenção de licenças e autorizações expedidas pelos órgãos ambientais e sanitários, as quais serão providenciadas pelo Contratado sem custos para o Contratante.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do Contratado e da UFABC, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

O acompanhamento da qualidade, da eficiência e da conformidade da execução dos serviços contratados será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em consonância com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, e a Lei Federal nº 14.133/2021.

As demais obrigações e condições estão relacionadas no Termo de Referencia, sequência 04.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade em quilogramas (kg) de resíduo coletado é uma estimativa, tendo em vista que o montante está diretamente vinculado à frequência das atividades acadêmicas, da técnica utilizada nos experimentos, da oferta de novos cursos e Laboratórios, como a unidade Tamanduatehy do campus Santo André da Universidade.

Com base nos dados extraídos dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR), registrados após as coletas realizadas pela atual empresa contratada, processo nº 23006.004792/2020-99, estima-se uma quantidade de 10.000 (dez) mil kg anuais, com uma margem de segurança, em razão da variação das condições mencionada no parágrafo 1º.

Por se tratar de estimativa, a quantidade total anual não se constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para o Contratante.

O Contratado deverá acondicionar, coletar, transportar, tratar e enviar para a destinação final, adotando a metodologia adequada ao resíduo químico específico, nos termos das Normas Brasileiras Regulamentadoras.

A proposta deverá incluir todos custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B” para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC).	24708	kg	10.000	R\$ 14,01	R\$ 140.100,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 140.100,00

O custo estimado global da contratação é de R\$ 140.100,00 (cento e quarenta mil e cem reais).

De acordo com o Mapa de preços, sequência 06, e Relatório de pesquisa de preços, sequência 07, o preço médio unitário do kg apurado é de R\$ 14,01 (catorze reais e um centavo).

Na seção “Nota Técnica” do Relatório de pesquisa de preços, sequência 07, encontra-se a análise de preços das licitações do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e dos orçamentos recebidos, após consulta a empresas especializadas, sequência 05.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação será por lote único, tendo em vista as questões operacionais, a interdependência técnica entre as etapas do gerenciamento dos resíduos, consequentemente, o princípio da economicidade, e os padrões de mercado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Como mencionado no item 2, a atual contratação desses serviços, objeto do processo nº 23006.004792/2020-99, deverá ser encerrada em 02 de julho de 2026, pois alcançará o limite legal de prorrogações, determinado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (revogada), combinado com o art. 190 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 07722779000106-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 492;
- IV) Classe/Grupo: 942 – Serviço de Eliminação de Rejeitos; e,
- V) Identificador da Futura Contratação: 154503 -295/2026.

No âmbito institucional, a gestão eficiente de resíduos da Universidade é um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC-PDI (2024-2033), em seu capítulo da Sustentabilidade Ambiental, que diz:

Realizar gestão eficiente dos resíduos sólidos, efetuando parcerias para dar solução local e sustentável às sobras dos RUs e às podas de vegetação, bem como a outras soluções sustentáveis para os demais resíduos gerados, levando-se em consideração o ciclo de vida e os parâmetros para aquisição, e procurando sempre a conscientização da comunidade acadêmica.(UFABC, 2024, p.165).

Nesse contexto, tal objetivo está relacionado no Planejamento da Gestão, cujo Relatório de Gestão de 2024[2], página 38, lista os Temas Geradores que pautam as estratégias. Assim, a contratação está diretamente ligada ao tema TG6: “Aprofundar a gestão sustentável e a qualidade de vida na UFABC”.

[2] Relatório de Gestão da UFABC, exercício 2024: https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPO/relatorio_de_gestao/relatorio_gestao_2024.pdf

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios Diretos:

- Prover condições salubres para o funcionamento da Universidade e, conseqüentemente, para o cumprimento da sua missão institucional.
- Prover maior segurança aos usuários que manejam este tipo de resíduo e a toda comunidade universitária que frequenta a UFABC.
- Evitar o acúmulo de resíduos perigosos nos Laboratórios, reduzindo o risco de acidentes.
- Evitar o descarte irregular de resíduos perigosos.
- Cumprir as exigências legais e normativas.
- Não onerar a UFABC, em decorrência da aplicação de multas pelos órgãos ambientais e sanitários.

Benefícios Indiretos:

- Evitar a contaminação do solo e da água por meio da destinação controlada.
- Minimizar riscos de contaminação química, que possam comprometer a saúde pública e o meio ambiente.

- Aumentar a vida útil do aterro sanitário, realizando-se o devido tratamento prévio dos resíduos perigosos para a adequada destinação final.

13. Providências a serem Adotadas

Adotar as medidas necessárias para **início da nova contratação em 03 de julho de 2026, tendo em vista o encerramento da contratação formalizada através do processo 23006.004792/2020-99, conforme mencionado no item 1.**

14. Possíveis Impactos Ambientais

Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR)[1], os resíduos químicos da categoria “B” responde por cerca de 14% do total dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) produzidos no país.

Considerando o percentual de produção, ponderamos a necessidade de que cada estabelecimento gerador tenha uma preocupação constante com o gerenciamento dos resíduos químicos, desde a etapa do acondicionamento, coleta, transporte, tratamento até a destinação final; pois a omissão/ação inadequada traz consequências muito graves à saúde, ao bem estar da população, e à preservação do meio ambiente, tais como: a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças etc

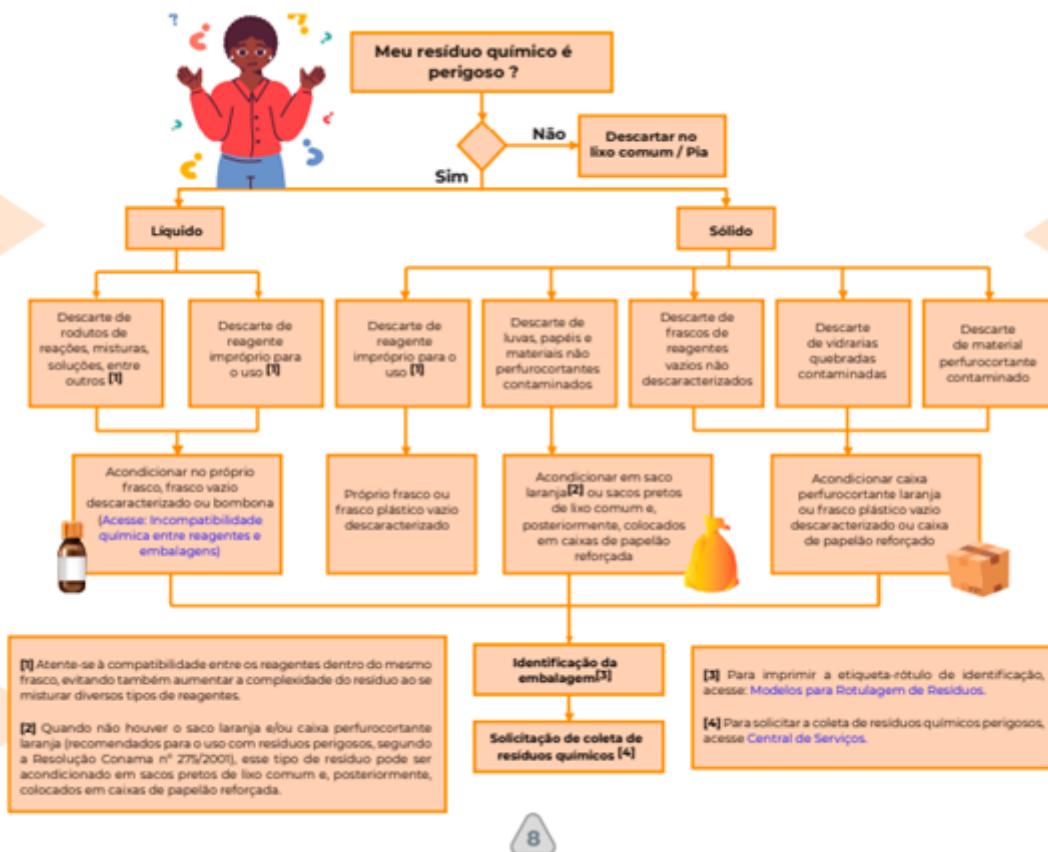
Nessa perspectiva, de acordo com a determinação no Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFABC-PLS [2] (2016-2022, pg.88), a Universidade, por meio da Comissão de Gestão de Resíduos (COGRE), publicou, no ano de 2022, a 2ª edição do seu Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos (PIGRE), que traz um manual completo de gerenciamento dos resíduos e reforça que com um gerenciamento adequado são evitadas contaminações do solo e da água, a disseminação de doenças e muitas outras formas de destruição ambiental.

O PIGRE, em sua 2ª edição, declara que:

A UFABC está rigorosamente comprometida com a gestão de resíduos e, assim, demonstra compromisso social e com o ambiente, além de caminhar paralelamente para um cenário sustentável. (UFABC, 2022, p.6).

Verifica-se que este compromisso institucional compreende desde a gestão interna desses resíduos, segundo a “Cartilha de resíduos da UFABC: somos todos responsáveis!”[3] (figura abaixo), até o detalhamento das condições da presente contratação.

Fluxograma dos procedimentos de descarte e armazenamento de resíduos químicos



Em consonância com as diretrizes de sustentabilidade para serviços na Administração Pública Federal, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado também com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU[4] (8ª edição, outubro/2025), contemplando as exigências de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021), Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) (Anexos I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 12, de 20 de agosto de 2021); dentre outras mencionadas no Termo de Referência, sequência 04.

Por fim, o Contratado deverá promover um gerenciamento pleno e correto dos resíduos químicos coletados, a fim de contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e proteção do meio ambiente (art. 225 da Constituição Federal de 1988, art. 6º da Lei Federal nº 12.305/2010, inciso IV do art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010).

[1] Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos: <https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/>

[2] Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFABC-PLS (2016-2022): <https://www.ufabc.edu.br/images/reitoria/PlanoGestaoLogisticaSustentavel.pdf>

[3] Cartilha de Resíduos da UFABC: somos todos responsáveis!: <https://www.ufabc.edu.br/images/comissoes/CoGRe/cartilha-gestao-de-residuos-da-ufabc-somos-todos-responsaveis.pdf>

[4] Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição, outubro/2025: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara a viabilidade e a razoabilidade nesta contratação, com base nos elementos expostos neste ETP, consoante ao art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 e art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LANA CAROLINA CORREA DANNA

Chefe da Seção Ambiental/Prefeitura Universitária

FABIO ANTONIO SCHOLL

Chefe da Seção Ambiental/Prefeitura Universitária - em substituição

CASSIA GONCALVES DE SOUZA

Equipe de apoio

VANESSA SORAIA SALES DOS SANTOS

Equipe de apoio

